

CARTA DE BRASÍLIA

Exmos. Srs. Candidatos,

As(Os) Assistentes Sociais reunidos no 31o Encontro Nacional do Conselho Federal-CFESS e Conselhos Regionais-CRESS, em Brasília, entre os dias 01 e 04 de setembro de 2002, vêm, por meio desta, manifestar suas intenções e propostas aos candidatos aos cargos de Presidência da República e Governos de Estados.

Compomos uma profissão com quase 60 mil profissionais que lida, no seu dia-a-dia, com as conseqüências sociais mais perversas das relações capitalistas que dominam a sociedade. Enfrentamos em nosso cotidiano os níveis mais complexos da realidade social, manifestos em múltiplas expressões da “questão social” no Brasil. Os números e estatísticas das brutais desigualdades sociais brasileiras se materializam nos usuários do Serviço Social, estampam-se em seus rostos.

Nos últimos anos, o governo brasileiro passou por um reordenamento do Estado, fruto de uma política internacional, que atinge milhões de trabalhadores e interfere diretamente na profissão de Serviço Social.

Os acordos firmados com os organismos internacionais elegem as prioridades do governo em atender os interesses do grande capital – os oligopólios/multinacionais - em detrimento das necessidades da população trabalhadora. Exemplos não nos faltam: o montante de verbas destinadas ao pagamento da dívida externa; a avalanche de privatização de estatais; o sucateamento dos serviços e políticas públicas e a recente tentativa de maior ataque aos direitos trabalhistas conquistados e consolidados constitucionalmente, mostram o caminho da barbárie a que estão submetidos os milhares de brasileiros.

Os índices sociais e econômicos dos anos 90 (década da ofensiva neoliberal entre nós) são piores que os dos anos 80. Se a década de 80 foi considerada a “década perdida”, por apresentar índices irrisórios de crescimento econômico, a década de 90 mereceria denominação mais contundente, pois apresentou um recuo econômico ainda maior (uma quase estagnação). Este quadro foi agravado pela introdução de outros elementos típicos do neoliberalismo, como a abertura econômica, liberalização comercial e privatização.

As conseqüências sociais do desalentador quadro econômico dos últimos anos são avassaladoras. Senão vejamos: agravamento da histórica concentração de renda, o que fez com que o Brasil passasse a liderar o ranking das piores distribuições de renda do mundo; aumento contínuo do desemprego que atinge cerca de 20% dos trabalhadores (DIEESE, 2002); queda de 15% da renda real daqueles que trabalham; incremento de novas formas de trabalho infantil; reavivamento de novos tipos de trabalho escravo; precarização generalizada do trabalho, com criação de formas de contrato perversas, como a terceirização, o trabalho temporário, o informal (hoje cerca de 50% dos brasileiros não possuem carteira assinada); degradação salarial generalizada, com destaque para o encolhimento real do salário mínimo; redução drástica dos gastos sociais em todos os níveis (Saúde, Educação, Assistência, Previdência Social, etc); incremento do trinômio degradação/mercantilização/privatização das políticas públicas de caráter estatal; agravamento da feminilização e racialização da pobreza, com a entrada desigual de negros e mulheres no mercado de trabalho; aumento do desemprego

entre a juventude brasileira; focalização das políticas públicas, com escassez de recursos e fragmentação das ações; acirramento das tensões sociais no campo; inexpressiva política de reforma agrária, com reduzido número de assentamentos de famílias e poucos recursos para a manutenção de créditos agrícolas e aumento brutal dos níveis de violência urbana.

Vivemos um quadro social de extrema pobreza e miserabilidade. Os últimos reordenamentos capitalistas produziram uma estagnação econômica e, conseqüentemente, um esgarçamento do tecido social. As chamadas políticas neoliberais conseguiram promover um regresso histórico monumental, repondo e reatualizando níveis de vida sub-humanos. Não há qualquer valoração ideológica na consideração de que o capitalismo neoliberal é um desastre para as massas trabalhadoras. Trata-se de pura constatação, de uma questão factual. Todos os indicadores sociais e econômicos nos mostram essa realidade no Brasil.

A desresponsabilização das funções básicas do Estado quanto às políticas sociais públicas e a transferência de responsabilidade para o conjunto da população, desencadeando o processo de “refilantropização”, ferem direitos garantidos em lei, destroem o seu caráter universalizante, e alteram significativamente o fazer profissional, que nasce e se desenvolve a partir da necessidade de respostas governamentais à questão social.

As(Os) Assistentes Sociais enfrentam os resultados desse quadro em seu cotidiano profissional. Para isso, dispõem de poucos recursos e contam com o não privilegiamento de políticas sociais públicas por parte do atual Governo. Por outro lado, dispomos de formação voltada para a formulação e execução de políticas sociais, tendo como parâmetro um conjunto de princípios e compromissos que norteiam nosso exercício profissional. Nosso projeto ético-político-profissional fundamenta-se em princípios que se opõem frontalmente à situação real que descrevemos. Dentre eles destacamos: reconhecimento da liberdade como valor ético central, defesa intransigente dos direitos humanos; ampliação e consolidação da cidadania e da democracia; posicionamento a favor da equidade, justiça e participação social.

Estes princípios, contidos em nosso Código de Ética Profissional, são materializados em direitos e deveres que devem ser consubstanciados em nossas ações profissionais. Além disso, tais princípios são traduzidos por nós em compromissos que assumem um direcionamento político na defesa concreta do trabalho, da democracia e dos direitos e na afirmação das políticas públicas de caráter estatal, como eixos estratégicos.

Dessa forma, as(os) Assistentes Sociais vêm, ao longo das últimas três décadas, participando do movimento de construção efetiva de uma sociedade justa e igualitária, ao reafirmarem os princípios, compromissos e eixos políticos citados. Dando continuidade a essas lutas, que passam pela garantia da construção de uma ordem societária fundada nos interesses das classes trabalhadoras, queremos reafirmar propostas que coloquem nas mãos das classes trabalhadoras o curso e a direção da nação.

1. Rejeição a qualquer tipo de acordo com organismos multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial, que tragam prejuízos sociais para as classes trabalhadoras, em especial para os usuários do Serviço Social;

2. Fim das renegociações em torno da ALCA, entendendo-a como lesiva aos interesses da soberania nacional, e apoio aos resultados do Plebiscito Nacional organizado por diversas entidades como a CNBB, a CUT e o MST.
3. Auditoria da dívida externa, considerada ilegítima por plebiscito nacional organizado por diversas entidades em 2000;
4. Garantia dos direitos historicamente conquistados e consolidados em lei, com posicionamento veemente contra a flexibilização das leis trabalhistas e pelo veto à Lei Dornelles;
5. Manutenção dos tratados da OIT, a exemplo da Convenção 103, que trata da licença maternidade;
6. Apoio à reforma agrária considerando-se, especialmente, as propostas do MST;
7. Abertura imediata de concursos públicos em todos os níveis e nas diferentes áreas profissionais;
8. Reposição das perdas salariais dos servidores públicos, considerando os oito anos de congelamento salarial;
9. Aumento real do salário mínimo até os marcos estabelecidos para a garantia de um padrão de vida digno;
10. Respeito às manifestações da sociedade civil organizada;
11. Criação de mecanismos e políticas que combatam efetivamente a desigualdade social;
12. Combate à fome, que assola 20% da população Brasileira;
13. Criação de políticas de geração de trabalho e renda amparadas por direitos trabalhistas estabelecidos em lei;
14. Defesa da Seguridade Social Pública e Estatal, ampliando o leque das políticas públicas e criando o Ministério da Seguridade Social, com orçamento específico;
15. Universalização dos direitos sociais e gestão democrática das políticas públicas, garantindo seu caráter participativo, descentralizado e redistributivo, respeitando-se os parâmetros constitucionais;
16. Defesa da Saúde, da Previdência Social e da Assistência Social como políticas públicas de caráter universal, componentes da Seguridade Social, assegurando as diretrizes de descentralização político-administrativa, comando único em cada esfera de governo, com participação popular, controle social e financiamento próprios;
17. Respeito às decisões das Conferências Nacionais reconhecidas como fóruns legítimos de Políticas Públicas;

18. Garantia do Serviço Social como serviço da Previdência Social, com imediata recomposição do quadro e das atividades previstas originalmente no regimento interno do INSS;
19. Garantia dos princípios do SUS com qualidade e resolutividade;
20. Inclusão do assistente social na equipe mínima do Programa de Saúde da Família (PSF), considerando-se a efetividade do conceito ampliado de saúde e os princípios do SUS;
21. Garantia de efetivação da política de recursos humanos na área da saúde, conforme preconizado pelo SUS;
22. Criação e implementação de uma política pública de formação e qualificação de recursos humanos na área da justiça e segurança pública, com vistas ao desempenho profissional ancorado no respeito aos direitos humanos;
23. Repúdio à terceirização dos serviços de custódia e assistência (médica, educacional, social etc) das prisões brasileiras, com o efetivo respaldo do Ministério da Justiça e dos respectivos governos estaduais;
24. Defesa intransigente do Estatuto da Criança e do Adolescente, criando condições para sua plena execução;
25. Compromisso com a defesa dos direitos humanos, compreendidos enquanto direitos econômicos, sociais, culturais e políticos, observadas as propostas dos movimentos da área;
26. Repúdio veemente à pena de morte;
27. Defesa intransigente da inimputabilidade penal até os 18 anos;
28. Defesa de iniciativas sociais e do cumprimento de legislações nacional e internacional que, no âmbito da justiça, prevê em sanções para práticas discriminatórias e preconceituosas;
29. Estímulo à construção e ampliação de redes de serviços de atendimento, com capacitação especializada na área de políticas públicas de gênero, raça/etnia, opção sexual e dependências químicas;
30. Redirecionar a Política Nacional Anti-Drogas, a fim de garantir o seu caráter intersetorial, deslocando-a da área específica da Segurança Pública;
31. Apoio à Política Nacional do Idoso, com vistas à ampliação e garantia dos direitos do envelhecimento no país;
32. Garantia plena dos direitos e ampliação das políticas voltadas às pessoas portadoras de deficiências;

33. Apoio às decisões do Congresso Nacional de Educação, em especial àquelas que visam o combate à exclusão sócio-educacional em todos os níveis;
34. Defesa da autonomia das universidades públicas, segundo a concepção da comunidade acadêmica, e recusa à concepção de autonomia financeira como sinônimo de privatização;
35. Recusa às pressões da Organização Mundial do Comércio (OMC) de incluir a educação, em todos os seus níveis, como serviço, no rol das mercadorias sujeitas à especulação do mercado globalizado;
36. Defesa intransigente da universidade pública, laica, gratuita, crítica e de qualidade;
37. Veto ao parecer nº 100/02 do CNE/CES, o qual fixa em 03 anos o tempo mínimo dos cursos de graduação e estabelece um percentual máximo de 15% para atividades práticas(estágio), pesquisa e intervenções supervisionadas, e 15% para atividades acadêmico-culturais;
38. Recusa ao modelo de avaliação institucional instituído através do Provão;
39. Garantir que as Diretrizes Curriculares dos cursos de graduação, construídas democraticamente pelas Entidades das categorias, sejam consideradas e aprovados pelo CNE/CES, suspendendo Pareceres e Resoluções que não respeitam esses processos;
40. Implementar ações efetivas no combate à corrupção no país, legitimada pela impunidade que mutila e viola os direitos humanos (civis, políticos, culturais e sociais);
41. Garantia de política eficaz de convivência com a seca no Nordeste;
42. Respeito do direito à posse da terra aos povos remanescentes de quilombos;
43. Respeito à organização e auto-determinação dos povos da floresta;
44. Respeito à organização e autodeterminação dos povos indígenas, garantido-lhes a posse definitiva da terra;
45. Garantir serviços públicos de transportes hidroviários de qualidade de modo a atender as peculiaridades das populações amazônicas;
46. Implementar política de segurança na Amazônia de modo a evitar o avanço do narcotráfico e do contrabando de recursos (animais, minerais e vegetais), salvaguardando a soberania nacional;
47. Pelo incremento no processo de desenvolvimento sustentável que respeite o meio ambiente, a biodiversidade;
48. Incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento científico nacional, instituindo mecanismos de controle no processo de coleta de material e produção do conhecimento, evitando o patenteamento por nações estrangeiras;

49. Criar política de redistribuição tributária que garanta o retorno proporcional da arrecadação sobre a exploração e exportação de bens naturais, verticalizando a produção.

Esperamos que essas propostas façam parte não só da plataforma política das candidaturas, mas que possam efetivamente ser incorporadas nos programas de governo. Nossos compromissos são com a construção de um Brasil justo e igualitário, que só se realizará com a afirmação das propostas acima arroladas.

Reafirmamos nossa veemente recusa da “velha indiferença” do neoliberalismo e oferecemo-nos à construção coletiva de um “Brasil diferente”, orientado pelos compromissos expostos nesta Carta.

Brasília-DF, 03 de Setembro de 2002.